

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 7070/2023-PGJ, DE 27.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 2/2012-CPJ, de 3 de maio de 2012,

R E S O L V E :

Designar as Procuradoras de Justiça Lucienne Reis D'Ávila e Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, na qualidade de titular e substituta, respectivamente, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem a função de Coordenadoras das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos na área Criminal, para o mandato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7035/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 29.1 a 2.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do recesso forense de 22 a 31.12.1995, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7065/2023-PGJ, DE 21.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Delegar atribuição ao Promotor de Justiça Romão Ávila Milhan Junior, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, para autorizar despesas, movimentar contas e transferências financeiras, como ordenador de despesas, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, nos dias 18 e 19.1.2024, enquanto responder pela Secretaria-Geral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7058/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 5 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7059/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 3 (três) dias de folga compensatória no período de 29 a 31.1.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6908/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012603-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6907/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 9.2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012597-4).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7062/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, no período de 8 a 12.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7055/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 19 (dezenove) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídos no período de 15.1 a 2.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6904/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012542-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6910/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Juliana Nonato, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 25.1 a 13.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012667-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6909/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012624-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 7051/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2023.00012380-0):

| Contribuição | Tempo | Período | Empregador |
|--|---|------------------------|---|
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 3 anos, 1 mês e 22 dias (1.147 dias) | 1º.8.1997 22.9.2000 | a Distribuidora de Bebidas Sorriso Ltda. |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7056/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídos no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6906/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012576-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6947/2023-PGJ, DE 12.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00012803-8).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6892/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos períodos de 7.11 a 3.12.2023 e 11 a 13.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012051-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7069/2023-PGJ, DE 27.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5274/2023-PGJ, de 2.10.2023, com redação dada pela Portaria nº 7038/2023-PGJ, de 19.12.2023, que estabeleceu a escala de plantão da Administração Superior do Ministério Público Estadual para o feriado forense de 20.12.2023 a 6.1.2024, de forma que, onde consta: “Membro - Camila Augusta Calarge Doreto - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça - Período - 20 a 29.12.2023”, passe a constar: Períodos - 20 a 23.12.2023 e 26 a 29.12.2023”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7054/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral no período de 8.1 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 8.1.2024, a Portaria nº 4334/2023-PGJ, de 9.8.2023, que indicou o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6898/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho 22 (vinte e dois) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 27.11 a 18.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012444-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 6896/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 21 (vinte e um) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 21.11 a 11.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012115-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 7071/2023-PGJ, DE 28.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública, para todos os efeitos legais, a requisição do Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, para o Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, sem prejuízo de suas funções, atuar como membro auxiliar da Secretaria-Geral do CNMP no período de 15.12.2023 a 6.2.2024, conforme a Portaria CNMP-PRESI nº 463, de 20.12.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 6934/2023-PGJ, de 12.12.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 6893/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva 28 (vinte e oito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1ª a 28.11.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012058-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 6895/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa 30 (trinta) dias de folga compensatória, sendo 20 (vinte) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado e 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos no período de 20.11 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012109-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 6894/2023-PGJ, DE 11.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 28 (vinte e oito) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos nos períodos de 20.11 a 10.12.2023 e 13 a 19.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012070-2).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 6902/2023-PGJ, DE 11.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 10 (dez) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos no período de 1º a 10.12.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2023.00012622-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 7068/2023-PGJ, DE 22.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

| DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE OBRAS E ENGENHARIA - ALMOXARIFADO | | |
|---|--------------------------|-------------|
| SERVIDORA | CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE | A PARTIR DE |
| Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz | Técnico I/Administrativa | 8.1.2024 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7053/2023-PGJ, DE 19.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6989/2023-PGJ, de 15.12.2023, de forma que, onde consta: “passando a equipe a ter a seguinte composição: Anderson Miranda, André Luiz Pasquali, Andréia Fernandes Francischini, Cristina Franco, Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, Frederick Werner Castellani Viacek, Gustavo Rocha Lobato, Italo Felipe de Matos, Jorge Antonio Arantes Vilela, Lucas Martinez, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Pierre Karlos Brito Kitizo e Wydia Carla Ribeiro da Fonseca”, passe a constar: “passando a equipe a ter a seguinte composição: Anderson Miranda, André Luiz Pasquali, Andréia Fernandes Francischini, Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, Frederick Werner Castellani Viacek, Gustavo Rocha Lobato, Italo Felipe de Matos, Jorge Antonio Arantes Vilela, Kelli Cristina de Oliveira, Lucas Martinez, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Pierre Karlos Brito Kitizo e Wydia Carla Ribeiro da Fonseca.”

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 7066/2023-PGJ, DE 21.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nº 2023NE005851 e 2023NE005852, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Julio Henrique Nunes da Cunha, Assessor Técnico em Redes; 3.1) Suplente – Reginaldo da Silva Bandeira, Chefe do Núcleo de Atendimento e Suporte (PGA nº 09.2023.00011331-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 7060/2023-PGJ, DE 19.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luís Henrique Zaidan Blecha, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico de Meio Ambiente no período de 8 a 17.1.2024, em razão de afastamento do titular, Farley Leles Froes Medeiros.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 7064/2023-PGJ, DE 20.12.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diogo Fellippe da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Bonito, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Sete Quedas, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 8.1 a 6.2.2024, em razão de afastamento da servidora Luciana Serraglio Baruffi, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 7067/2023-PGJ, DE 21.12.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E:

Conceder à servidora Rosilaine Bertulino dos Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Iguatemi, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, mas nas dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, na Promotoria de Justiça de Itaquiraí, a partir de 28.8.2023, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00008157-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ludymila Aparecida Rizzo Cardoso, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.3.2024 e de 2 a 11.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.2 a 6.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-2/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Lucas Akayama Vilhagra, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 27.8 a 5.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-3/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Anderson Teodoro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.2.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-4/2024/PGJ, DE 4.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Leticia Fernanda de Souza Fernandes Sakihama, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 19.7 a 17.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-5/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Alexandre Shiniti Shimada, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 4 a 13.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-6/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Albert Einstein Lino de Araujo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-7/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E : Conceder férias ao servidor Rodrigo Peixoto Santos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-8/2024/PGJ, DE 4.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e3 maio de 2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Thais Meliso Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-9/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Ana Flavia Lima Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 16.2 a 6.3.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-10/2024/PGJ, DE 4.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1153/2022-PGJ, de 7.10.2022, que concedeu férias à servidora Thais Mara Ferreira Domingos, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 29.1 a 7.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-11/2024/PGJ, DE 5.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1044/2023-PGJ, de 13.9.2023, que concedeu férias ao servidor Luis Henrique Zaidan Blecha, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.7.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.8.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-12/2024/PGJ, DE 8.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Wiliam Fonseca Cavaleiro Alves, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 29.12.2023 a 2.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 3 a 17.1.2024, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-13/2024/PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Flavio Henrique Koki Azato, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 27 a 31.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 1 a 15.1.2024, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-14/2024/PGJ, DE 8.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Pedro Henrique Fernandes Alves da Fonseca, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 31.12.2023 a 4.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 5 a 19.1.2024, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 1ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2024.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003448-0.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003364-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001996-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003572-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002957-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004600-2.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005168-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009937-0.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002104-8.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003503-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003504-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005534-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005544-9.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000620-1.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001252-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00001851-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006464-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010571-9.

8. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009599-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002257-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003396-6.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002500-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007094-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002013-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005834-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007327-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008029-2.

10. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007527-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007450-2.

11. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002123-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002185-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003824-0.

12. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003704-0.

13. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003428-3.



- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004621-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006284-0.

14. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008347-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009318-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010176-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010177-1.

15. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012134-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000563-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001417-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002468-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002469-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003449-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003470-0.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004986-9.

17. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006685-3.

18. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003020-2.

19. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007203-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002694-3.

20. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002709-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002817-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003628-5.

21. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005200-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005203-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005219-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005227-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005229-6.

22. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003639-9.

23. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000739-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00007103-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001105-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010074-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010075-0.

24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004413-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008045-9.

**25. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003648-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003653-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009291-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009294-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009296-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009298-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009299-9.

26. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002016-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009676-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010127-1.

27. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008667-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007596-7.

28. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001396-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009914-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000486-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002705-3.

29. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004928-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009581-9.

30. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004110-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001459-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011363-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001196-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001200-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001202-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001211-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003468-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003514-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004911-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006387-1.

31. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005275-2.

32. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007924-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010119-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010506-7.

33. 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009151-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011321-2.

34. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008099-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008103-6.

**35. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001812-1.

36. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004038-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003070-0.

37. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004133-6.

38. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001620-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001345-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006988-7.

39. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007751-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007796-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007800-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007808-6.

40. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00005872-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002509-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009428-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009432-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009802-3.

41. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010920-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011027-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011597-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000447-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000448-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001657-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001662-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002209-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002976-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002996-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003266-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003352-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003620-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004627-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006139-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007151-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007565-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009211-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009596-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009603-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009609-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009866-0.

42. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004573-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003096-9.

**43. 46ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001712-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010460-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011080-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011083-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009363-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004417-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004419-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004439-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002895-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006750-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005196-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009113-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005652-6.

44. 49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003178-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007533-4.

45. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002569-9.

46. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001596-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001609-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003994-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003324-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007206-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009240-0.

47. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003365-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002443-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002529-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002582-2.

48. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00004190-3.

49. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009267-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008326-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000454-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007627-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011797-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008326-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011797-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011837-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001191-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00008337-8.

50. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007837-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00012282-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005880-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009587-4.



- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010816-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011671-0.

51. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00005910-1.

52. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002572-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009952-6.

53. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000130-8.

54. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001018-3.

1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011954-0:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000082-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001793-9.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001052-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000747-5.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000312-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000609-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000555-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000880-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000905-1.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000555-5.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000990-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001076-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001078-0.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000994-0.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001067-0.

**1.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011956-1:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000425-8.

Inquérito Civil nº 06.2016.00000603-4.

Inquérito Civil nº 06.2016.00001022-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000137-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001501-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000497-4.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000971-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001032-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000876-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001032-5.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001108-0.

29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000584-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000676-9.

1.2.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011952-8:****Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001067-9.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000576-9.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000403-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000432-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000173-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001059-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000133-0.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001390-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001031-0.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000374-6.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000569-9.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000896-3.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000913-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001028-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000700-2.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000738-0.

1.2.4. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.000011958-3:****11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2016.00000639-0.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001539-2.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000034-8.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001879-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001219-9.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000751-6.

Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000957-0.

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000977-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000995-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00000996-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001033-2.

4ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000918-4.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000979-5.

67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001022-5.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001080-3.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001116-8.

1.2.5. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00008567-6:****3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001339-5.

1.2.6. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011959-4:****Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00000885-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002303-0.

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000356-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001580-1.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000730-1.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000155-9.

Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000770-5.

16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000927-0.

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001102-0.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001111-0.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001081-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000830-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000888-5.

Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000940-7.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000975-1.

42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001047-0.



2. Ordem do dia:

2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000600-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Advogados: Acrisio Venancio da Cunha Filho – OAB/MS nº 14.497, João Vitor Comiran – OAB/MS nº 26.154, Tiago Alves da Silva – OAB/MS nº 12.482, Luiz Carlos Ormay Júnior – OAB/MS nº 19.029, Werther Sibut de Araujo – OAB/MS nº 20.868.

Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00001306-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Análise e deliberação pelo Conselho Superior do MP, acerca do Acordo de Não Persecução Cível, celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000471-5, tendo como Compromissários Thanis Alessandro Vasconeclos Nespolo, Carlos Alberto de Assis, Roberto Pereira Coelho e Dalva Alves.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:

2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000951-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Varsides Buch

Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Varceu”, localizada na área rural de Japorã, ante a constatação de possível degradação da área de preservação permanente, conforme relatório circunstanciado 2ºGPMA/2019, datado de 19/05/2019

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Itapema Iate Clube e Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a observância das leis urbanísticas e ambientais pelo empreendimento Condomínio Itapema, no município de Ponta Porã.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001121-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brillante

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública e causam prejuízo ao erário, consistente em fraude à licitação, com direcionamento de editais e conluio entre licitantes para burlar o caráter competitivo do certame.

Advogado: Sérgio Botto de Lacerda – OAB/MS nº 5.452.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003259-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual deficiência nos serviços de controle e fiscalização desempenhados pela Vigilância Sanitária do Município de Rio Brillante/MS.

**5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000850-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000979-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens da Silva Ferreira

Assunto: Apurar eventual supressão vegetal de 4,88 hectares, ocorrida entre 23/09/14 e 13/01/15, no imóvel rural denominado Chácara Gavião, de propriedade de Rubens da Silva Ferreira, conforme o Parecer nº 245/17/Nugeo, da Operação Cervo-do-Pantanal (2013-2015).

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000812-6 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000892-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Roberto Aivi Casanova

Assunto: Apurar supressão de 0,26 hectares em área de Preservação Permanente na Fazenda Jequitibá e supressão de 0,62 hectares em área de Reserva Legal e 0,17 hectares em área consolidada na Chácara Nossa Senhora Aparecida conforme Relatório de Fiscalização nº 027/4ªCIA/BPMA/2021 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 047/4ªCIA/BPMA/2021.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001330-0

10ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Victor Jorge Guerreiro, S.M Ortotrauma Dourados

Assunto: Apurar a suposta inobservância das normas de regulação de leitos por parte de profissional médico que atende no Hospital da Vida, bem como de conduta irregular do mesmo profissional no uso de formulário de declaração de óbito em descumprimento às diretrizes que regem o assunto.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001331-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nair Campos Rodrigues Ramires

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de venda de fração ideal do Sítio São João.

11. Inquérito Civil nº 06.2023.00000162-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Elizandra Thais Frezarin Rosa Matsumoto e Marcos Vinicius Frezarin Rosa

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,88 hectares em área declarada como Reserva Legal, na Fazenda Prata, em Costa Rica/MS, realizado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 35/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

12. Inquérito Civil nº 06.2023.00000644-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Floresani Jorge

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de provocar queima ao ar livre de vegetação rasteira (capim) e de galhadas de árvores sob rede de energia no Projeto Paraíso, lote nº 20, no município de Três Lagoas.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000851-0**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerida: C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária
Assunto: Apurar a regularidade urbanística e ambiental do empreendimento denominado C.T.U - Conveniência e Tabacaria Universitária, em Dourados/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002587-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Leonidas Teodoro Campos
Assunto: Apurar eventuais danos ambientais pelo desmatamento de 7,89 ha de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente na propriedade rural denominada “Fazenda Tauá Parte”, de propriedade de Leonidas Teodoro Campos.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000885-9

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Condomínio Imperial
Assunto: Apurar possível perfuração de poço no Condomínio Imperial, localizado na Rua Floriano Peixoto 820, Jardim América, Dourados/MS, em contrariedade à Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015, a qual veda captação de água subterrânea para consumo humano em unidades residenciais abastecidas por rede pública (item 3.2).

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000982-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Antônio Domingos da Silva Neto
Assunto: Apurar possível criação de animal silvestre de espécime exótico (Javali), no Lote 19 do Assentamento Palmeiras, de propriedade de Antônio Domingos da Silva Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000656-9 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00001066-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Antonio Queiroz Neves Pedrosa dos Santos
Assunto: Apurar possível dano ambiental em decorrência de lava jato sem alvará de funcionamento e descarte incorreto de produtos químicos, além de abandono de veículos, localizado na Rua Elvírio Mário Mancini, n.º 1797.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007761-0 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Camapuã

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000868-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica
Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul
Requerido: Lázaro Batista Nepomuceno
Assunto: Apurar o desmatamento de 3,34 hectares em área declarada como Reserva Legal Proposta, localizada em área de tensão ecológica, possivelmente integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Saudade, em Costa Rica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 316/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001457-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001458-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001461-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001465-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001466-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001481-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001495-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001518-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001569-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001572-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000933-1**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amarildo Gimenez de Oliveira

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental na "Fazenda Vitória", consistente em processo erosivo identificado em dreno principal executado na propriedade, o qual encontra-se danificado, com desmoronamento de suas paredes e formação incipiente de uma voçoroca, carreando matéria do solo para o Córrego Vitória.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001166-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Armando Moraes de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 6,88 hectares em área de vegetação nativa, na "Fazenda Santa Rosa", em Figueirão-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 595/19/ NUGEO, ocorrido entre 18/07/2016 e 16/09/2016.

Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 13.137.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000288-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz Antônio Ricciardi Salessi, Heloisa Ricciardi Salessi Carvalho e Gilson de Oliveira Carvalho

Assunto: Apurar a supressão de 5,35 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Brioso, em Três Lagoas-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 261/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000546-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcelo Cantizani Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,55 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Coxilha e Figueirinha, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 174/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000358-3

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Vicente Pallotti do Nascimento Filho e Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de possíveis irregularidades no loteamento "Conjunto Habitacional Vereador José Mário Pieretti", em razão de pendências no Projeto Executivo, no Plano Básico Ambiental, no Memorial Descritivo da Fossa Séptica e Sumidouro além da ausência de Plano de Sistema de Drenagem Urbana e Declaração de Áreas Verdes.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000296-9 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001520-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000191-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Gonçalves Freitas

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,18 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, na "Fazenda Dacrija", sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 298/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/3ªCIA/BPMA/COXIMMS/2022.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000626-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Advogado: Antonio Carlos Nascimento – OAB/MS nº 12.566.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000998-4

67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL - ADECON- MS, com relação a Requerida OI S/A.

Advogada: Adriana Astuto Pereira – OAB/MS nº 80.696.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001128-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josué Custódio da Silva

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental constatada pelo auto de infração n. 4794 da PMA, consistente na caça de animal silvestre no município de Bonito/MS.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001455-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001463-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001468-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001480-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001484-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001570-9

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando a garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

18. Inquérito Civil nº 06.2023.00000248-4 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000918-6

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao erário ocasionado pela má qualidade na prestação dos serviços relacionados à manutenção das vias públicas da cidade de Dourados, mormente no que tange às operações “tapa-buracos”.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001441-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possível parcelamento do solo desprovido de aprovação e registro no órgão competente (objeto originário do Inquérito Civil 121/2011/PJDHU).

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001888-2**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Espólio de João Verdier - Francisco Gonçalves Silveira

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel denominado Fazenda Água Branca, localizado no município de Laguna Carapã, MS – Projeto Rio Amambai (objeto originário do IC 31/LCP/2012/PJDMA).

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001103-8 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001864-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Paulo César Lima Silveira, Flávio Vasconcelos Alves Castro e Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no registro de preços para aquisição de 5.225 pacotes de pirulitos à R\$ 57.213,75, e, cartão magnético para aquisição de cestas básicas no total de R\$ 513.688,80.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000048-9

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Paulo Carlos Veron da Motta

Requeridas: Câmara de Vereadores de Três Lagoas e Empresa Agilitá Ltda.

Assunto: Apurar a legalidade do Contrato Administrativo n. 07/2019 (prestação de serviços de publicidade), bem como respectivos termos aditivos, firmados entre a empresa Agilitá Propaganda e Marketing LTDA e Câmara de Vereadores de Três Lagoas.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000024-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Abílio Rodrigues da Costa

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 2,07 hectares em área de Preservação Permanente, na Fazenda Bela Vista II, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 379/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Advogado: Vinícius Camargo Ottoni – OAB/MS nº 17.962.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000739-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Eduardo de Assis Toyota, Jovelino Yasuo Toyota, Eder Luiz de Assis Toyota

Assunto: Apurar desmatamento de 2,07 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Paxixi, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 47/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001452-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Amando de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001477-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Amando de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001522-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Amando de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000403-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual da Comarca de Paranaíba-MS

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Público Municipal no tocante ao reordenamento e superlotação na Casa de Acolhimento - Abrigo Pamela Silva.

13. Inquérito Civil nº 06.2023.00000436-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nalzeres Alves da Silva

Assunto: Apurar a exploração de 33,451 m³ de produto vegetal (madeira) nativa e 10 unidades de toras de madeiras submersas, da espécie jatobá e angico, na Fazenda Porto de Areia Santos, em Paranaíba/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 12304/2023 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 05/2023.

14. Inquérito Civil nº 06.2023.00000470-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Sidoni Júnior

Assunto: Apurar desmatamento de vegetação nativa com extensão de 1,28 ha, em Área de Preservação Permanente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 019/3ªCIA/BPMA/2022.

15. Inquérito Civil nº 06.2020.00001336-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande-MS e Carlos Tranquilo Bonatto

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental da área de preservação permanente no lote T/RUA, quadra 45, localizado na Rua Naviraí, bairro Autonomista, nesta capital, cadastrado em nome de Carlos Tranquilo Bonatto, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000115-1**

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos da comarca de Três Lagoas/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual não efetividade do acolhimento das demandas espontâneas que acessam as unidades de atenção básica de Três Lagoas/MS (UBS, EACS e ESF's) e redirecionamento dos pacientes à Unidade de Pronto Atendimento - UPA/24h, ocasionando superlotação e prejuízos à oferta eficiente dos serviços públicos de saúde naquela unidade.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil n.º 06.2016.00001527-7**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Dourados



Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade habitacional consistente no abandono de algumas residências do Conjunto Habitacional Sebastião Pereira dos Santos, localizado no Distrito de Vila São Pedro, em Dourados/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000330-5

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o estado de conservação dos viadutos da Avenida Ceará com a Avenida Afonso Pena (Viaduto Senador Italvío Coelho); da Avenida Ceará com a Avenida Ricardo Brandão (Viaduto Pedro Chaves dos Santos); da Rua Trindade com a Avenida Costa e Silva, região da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS; da Rua Salgado Filho com a Avenida Ernesto Geisel (Viaduto Brigadeiro-do-ar José Hélio Macedo Carvalho; da Avenida Mascarenhas de Moraes com a Avenida Ernesto Geisel (Viaduto Dib Jorge Abussafi); da Avenida Fábio Trad com a Avenida Fernando Côrrea da Costa (Viaduto Naim Dibo); e, da ponte situada na Avenida Manoel da Costa Lima, no Bairro Guanandi, entre as vias da Avenida Ernesto Geisel.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001196-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica PCH, na Estância Novo Olimpo, de Juruena Energia S.A., localizada entre os municípios de Coxim e Figueirão, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001453-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001460-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001493-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001579-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**8. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000090-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valdecy Pereira da Costa

Assunto: Apurar eventuais nomeações de servidores públicos municipais para cargos em comissão denominado Chefe de Setor DGA-07, acima do quantitativo previsto na Lei Complementar nº 206/2018, de 05 de abril de 2018 e Lei Complementar nº 222/2019, de 24 de abril de 2019.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000221-8

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Ivinhema no desempenho de seu poder de polícia junto à fiscalização dos terrenos baldios no município.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000689-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogério Soares da Silva

Assunto: Apurar o transporte de madeira nativa sem a devida autorização (DOF).

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002489-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque/MS

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa envolvendo a Tomada de Preços nº 001/2013 da Prefeitura Municipal de Nioaque/MS, em que foi contratada a empresa Fixa Comunicação e Eventos Ltda.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000624-6

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar e individualizar os danos ambientais decorrente da instalação irregular de rancho pesqueiro denominado “Rancho Câmara”, localizado S 22°24'30.7" e W 054°35'54.4", às margens do Rio Dourados e do Rancho Dourado (antiga Fazenda Mafra), no Município de Dourados/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001450-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001456-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001459-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001462-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001519-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001521-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001568-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001578-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual 26 de Agosto, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001533-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uesley Rodrigo de Assis Cardoso Lima

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da existência de semoventes de origem desconhecida em área de reserva legal da Fazenda São Francisco, nesta urbe.

**2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000572-1**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar irregularidades decorrentes do número insuficiente de vagas disponíveis nos Centros de Educação Infantil do município de Bonito/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000967-6

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ercio José Posselt, Osmar Rodrigues Caires

Assunto: Apurar a regularidade ambiental da Suinocultura "Unidade de Crechário de Leitões Nossa Senhora de Fátima", localizada na Travessa Lagoa, KM 17, margem direita, Guassu, Zona Rural de Dourados/MS, de propriedade de Ercio José Posselt.

Advogada: Camila Gabrieli Rodrigues Caires – OAB/MS nº 25.621.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000730-9

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hospital Santa Casa, Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apuração de eventuais irregularidades na transferência de paciente particular/convênio, para realização de cirurgia de alta complexidade pelo SUS sem custo à rede privada, praticadas pelo Hospital Santa Casa.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000025-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ewerton Araújo de Oliveira

Assunto: Apurar a poluição sonora e ausência de licença ou autorização ambiental para funcionamento, pelo estabelecimento "Quintal do Samba", em Campo Grande-MS.

5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006686-8 – SIGILOS

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000385-9**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alcino Dias Campos

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Caçula, localizada no entorno da lagoa da Eletrosul, em Dourados/MS, de propriedade do Sr. Alcino Dias Campos.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000058-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Otília Boeira

Assunto: Apurar o desmatamento de 77,84 hectares de vegetação nativa, divididas em 5 áreas, na Fazenda Ceita Corê.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001092-8

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rogério Yuri Farias Kintschev, Leandro Bazzo Furtado, Upiran Jorge Gonçalves da Silva e Residencial Dourados Empreendimentos Imobiliários



Assunto: Apurar notícia indicativa de atos de improbidade administrativa em razão das conclusões apontadas na Sindicância Administrativa nº 2.055/2017, do Município de Dourados/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001451-3

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: MNW Bar e Choperia Ltda.

Assunto: Apurar violação às normas urbanísticas e ambientais de estabelecimento comercial tipo bar denominado Bar e Lanchonete Bahrein.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001232-6

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pelo extravasamento da Estação Elevatória de Esgoto Alphaville, bem como as medidas tecnicamente adequadas para resolver o problema.

6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000357-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Big Festas

Assunto: Apurar a licitude de concessão de alvará e autorização especial de funcionamento para a empresa Big Festas, o que pode estar gerando a prática de perturbação de sossego.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001420-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tania Bernardes de Oliveira Melo

Assunto: Apurar desmatamento de 1,79 hectares em área declarada como reserva legal e área consolidada, na Fazenda Pirizal, Estância Karina, Pontal e São José, em Rio Negro-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 125/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000632-1

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública

Assunto: Apurar se a Unidade de Saúde da Família (USF Aero Itália) Dr. Herbert Rebelo Calado, localizada no Bairro Jardim Itália, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001201-2 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001454-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Aracy Eudociak visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001483-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira e Centro Cultural de Educação Tia Eva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001494-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no Professor Henrique Cirylo Corrêa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001497-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Marçal de Souza Tupã-Y visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino para tanto promove a coleta de informações, documentos, depoimentos certidões e demais diligências indispensáveis à apuração dos fatos.

AVISO Nº 001/2024/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000603-4 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Wanilton Martins Rigotti - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade urbanística/ambiental, consistente na construção irregular de imóveis em área de preservação ambiental, no quadrante das ruas Monte Castelo, Cafelândia, Araguaia, Napoleão Laureano e Montese. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001385-7** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Dourados Revendedora de Gás Ltda, FCA Comércio e Eventos Ltda ME e FUNSAUD - Fundação de Serviços de Saúde de Dourados/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas dispensas de licitação para a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação hospitalar e gás liquefeito de petróleo GLP (gás de cozinha). **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001100-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Vicentina - Assunto: Apurar eventual omissão do gestor público, tendo em vista supostas irregularidades no funcionamento das unidades de saúde pertencentes ou conveniadas com o Município de Vicentina. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000863-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Adecoagro Vale do Ivinhema S/A - Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado pela aplicação de agrotóxico em canaviais localizados neste município. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002200-9** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Dourados - IMAM - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades nos procedimentos de licenciamento ambiental que tramitaram junto ao Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS, entre os anos de 2015 e 2016. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002308-5** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Oca Ambiental LTDA-ME, Uemura e Cia S/S Ltda. - Empresa Funerária Bom Jesus - Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental consistente no gerenciamento, coleta e destinação dos resíduos dos serviços de saúde na Funerária Bom Jesus. Advogada: Eloiza Marques Donati – OAB/MS nº 19.121. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002425-1** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do



Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Edno Bogalho - Assunto: Apurar se houve o cumprimento das exigências urbanísticas dispostas nas listas de exigências para a emissão do documento, bem como se houve o adimplemento das obrigações e contrapartidas tratadas na Guia de Diretrizes Urbanísticas, com a alteração dada na Certidão 80/2014, referentes ao Condomínio Zenóbio dos Santos (Residencial Tijuca). **8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002974-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos – SIGILOSO. **9) Inquérito Civil nº 06.2019.00000054-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ramão da Silva Franco - Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Santa Mariana, consistente no desmatamento de 32,992 hectares de vegetação nativa sem a devida autorização dos órgãos ambientais. **10) Inquérito Civil nº 06.2019.00000250-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado – SIGILOSO. **11) Inquérito Civil nº 06.2019.00001243-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Eliana Martin Torres, Nilson Brognoli e Regina Maria Rego Ortiz - Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da má utilização do solo e da utilização irregular de área de preservação permanente na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes. **12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001809-7** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Délia Godoy Razuk - Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente dos constantes atrasos no repasse de verbas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID. **13) Inquérito Civil nº 06.2020.00001147-1** - 67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda. - Assunto: Verificar o cumprimento da função social da Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda., responsável pela exibição de filmes em salas de cinema no Shopping Norte Sul Plaza em Campo Grande (MS), especificamente em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva. Advogado: Danilo Yoshinori Calado Takaesu - OAB/SP nº 257.743. **14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000109-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Naviraí MS - Requerida: Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos Ltda. - Assunto: Apurar a responsabilidade cível da autuada Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos LTDA em relação aos fatos descritos no Auto de Infração 2887 do IMASUL. **15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000262-1** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Jony Alisson Bispo Sant'ana, Renato Oliveira Garcez Vidigal e Sebastião Nogueira Faria - Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de irregularidades decorrentes da contratação sucessiva de médico a título precário, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, conforme noticiado pelo Ministério Público de Contas. **16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000399-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauriti Mendes do Nascimento - Assunto: Apurar desmatamento de 45,51 hectares em área de pastagem nativa, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida "C", localizada neste Município, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 641/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017). Advogada: Janaina Bonomini Pickler – OAB/MS nº 13.137. **17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Fabio Antonini, Gustavo Henrique Scalabrin, Leandro Scalabrin e Rodrigo Antonini - Assunto: Apurar a correção do CAR nº 15710, referente à Fazenda Jaguaruna III, em Naviraí/MS, para que haja retificação da área indicada como “Área de ocupação agrosilvipastoril para “área de remanescente de vegetação nativa”, bem como retificação da área total do imóvel, de 24,57 hectares para 19,66 hectares, de acordo com o Parecer nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGEUEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupaí). **18) Inquérito Civil nº 06.2021.00000645-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Olinda Leandra de Jesus - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental na propriedade rural denominada Fazenda Barra Mansa. **19) Inquérito Civil nº 06.2021.00000750-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos - Requerente: Jenifer Lilian Vieira de Oliveira - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas contratações de servidores sem prévio concurso público no Município de Terenos/MS. **20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000929-1** - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Brasilândia - SIGILOSO. **21) Inquérito Civil nº 06.2021.00001301-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Rio Amambaí Agroenergia S/A - Marina Maria Custodio Barros - Assunto: Apurar desmatamento de 1,14 hectares na fazenda Boi Jaguá em Naviraí/MS. **22) Inquérito Civil nº 06.2021.00001400-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Helena Kimiyo Hida Ishii, José Luiz Moliterno Ferraz do Amaral e Sigeyuki Ishii - Assunto: Apurar desmatamento de 1,63 hectares, em área de vegetação nativa no bioma Mata Atlântica, na Fazenda Prainha, em Naviraí-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico 196/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **23) Inquérito Civil nº**



06.2022.00000055-0 - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande – SIGILOSO. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00000066-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Flávia Medeiros Penachin - Assunto: Apurar o déficit de 1,6 hectares nas APPs de vegetação arbórea densa na Fazenda Jequitiba Gleba "A", em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 045/2021/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS Projeto Córrego Engano). **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00000402-3** - 4ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Três Lagoas - MS - Assunto: Apurar eventual deficiência na prestação de serviços médicos de endoscopia digestiva no Município de Três Lagoas/MS. **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00000406-7** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Trochmann & Trochmann Ltda - ME - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Planalto" com área total de 400,79 hectares, inscrita no CARMS0029260 e com matrícula imobiliária n. 3.916 no CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande e, especialmente, assegurar a recomposição do dano ambiental causado em 1,24 hectares de área de Reserva Legal decorrente de desmatamento. **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00000448-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jaime Basso e Maria Inês Anziliero Basso - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal em 1,72 hectares em área de Mata Atlântica e 3,28 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa, de acordo com o Auto de Infração e Multa n.º 2.855 e Laudo Técnico n.º 154/21/Nugeo referente a Etapa 02 Março e Abril de 2021 do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa, na Fazenda Santa Terezinha II, nesta Comarca de Sidrolândia/MS. Advogados: Lucas Orsi Abdul Ahad - OAB/MS nº 15.582, Douglas de Oliveira Santos - OAB/MS nº 14.666 e Pedro Henrique Carlos Vale -m OAB/MS nº 19.633A. **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00000451-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí – SIGILOSO. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000571-1** - 1ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Sindicato dos servidores públicos do município de Deodápolis - Requerida: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a ausência de prorrogação do processo seletivo nº 001/2021, de contratação de professores da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2022, noticiada através de representação encaminhada pelo Sindicato do Servidor Público Municipal de Deodápolis/MS - SINDEMD. **30) Inquérito Civil nº 06.2022.00000681-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Leda Corrêa Fagundes Palmieri - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal na propriedade rural Fazenda Vassoura, nesta Comarca de Sidrolândia/MS, consoante Laudo Técnico n.º 300/21/Nugeo, Laudo Técnico n.º 132/22/Nugeo e Parecer n.º 213/22/Nugeo, referente a Etapa 4 julho e agosto de 2021 e a Etapa 05 setembro a dezembro de 2021 ambos do Programa de Detecção de Desmatamento de Vegetação Nativa. Advogado: Mauricio Palmieri - OAB/PR nº 67.539. **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00000899-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: 2º GPMA/4ºPPMA/1ºCPMA/15ºBPMA/CPE/MUNDO NOVO/MS - Requerido: Edvar Nunes de Oliveira - Assunto: Apurar a responsabilidade pela permissão de acesso de animais em área de preservação permanente no Sítio Paraíso, Lote 31, Gleba 31, Mundo Novo/MS. **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00001005-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Patrícia Maria Serraglio do Carmo - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de 200 m³ de árvores nativas isoladas, em uma extensão de 252,0505 hectares, na Fazenda Espigão, em Jateí/MS, efetuado sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme auto de infração n. 9670/2022 e laudo de constatação n. 12666/2022. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00001144-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Airton Ignácio - Assunto: Apurar a supressão de 2,44 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na fazenda Deus é Fiel, em Nova Alvorada do Sul/MS, sem autorização do órgão competente, conforme o Auto de Infração nº 009881. **34) Inquérito Civil nº 06.2023.00000133-0** - 76ª Promotoria de Justiça da saúde da comarca de Campo Grande – SIGILOSO. **35) Inquérito Civil nº 06.2023.00000135-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Alexandre Andre Ferrari e Santa Helena Pecuária S/A - Assunto: Apurar a supressão de 33,32 hectares em área remanescente de vegetação nativa e de Reserva Legal, na Fazenda Berrante, em Alcínópolis/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 8/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **36) Inquérito Civil nº 06.2023.00000149-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antonio Fancelli e Pascolina Jacomel Fancelli - Assunto: Apurar a supressão de 2,25 hectares em área de Reserva Legal e de Uso Restrito, na fazenda Brasilândia, em Sonora/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 5/23/NUGEO. **37) Inquérito Civil nº 06.2023.00000155-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Claudemir Boffo Mandotti, Elidio Pisoni, Miguel Mandotti, Oscar Nunes da Silva e Ricardo



Boffo Mandotti - Assunto: Apurar a ausência de vegetação nativa em 23,96 hectares das Áreas de Preservação Permanente na Fazenda Nova União, de propriedade de Miguel Mandotti, Ricardo Boffo Mandotti e Claudemir Mandotti. **38) Inquérito Civil nº 06.2023.00000213-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Mauro Christianini - Assunto: Apurar suposto desmatamento ilegal detectado pelo laudo técnico n. 187/22/Nugeo, na Fazenda Coqueiro. **39) Inquérito Civil nº 06.2023.00000263-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ivinhema/MS - Assunto: Apurar eventual inconstitucionalidade, bem como ilegalidades existentes na doação de imóveis de propriedade do Município de Ivinhema/MS, realizadas através do Decreto n. 600 de 26 de outubro de 2022 e Lei Municipal n. 2.056 de 22 de dezembro de 2022. Procurador do Município: Fernando Pereira – OAB/MS nº 21.374. **40) Inquérito Civil nº 06.2023.00000334-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Andrea Carla Silva Kasukat Avanzi, Fernando Ângelo Avanzi, Fábio Ângelo Avanzi, Sandra Regina Pedrotti Avanzi, Vânia Rosimeiri Avanzi, Waldemar Labs e Álvaro José Avanzi - Assunto: Apurar o desmatamento de 131,0998 hectares, na Fazenda Montana II e Fazenda Monções, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011154/2022 e Laudo de Constatação nº 014415/2022. **41) Inquérito Civil nº 06.2023.00000383-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Polícia Militar Ambiental 2º GPMA Mundo Novo MS - Requeridos: Luciano Pedro Raimundo, Nilton Cesar Rossati e Sidney de Oliveira dos Santos - Assunto: Apurar a responsabilidade civil pelos danos ambientais causados na "Estância Lago Azul" descritas no Auto de infração IMASUL 6696. Resolve, por isso, promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências, para posterior ajuizamento de ação civil pública ou arquivamento das peças informativas, uma vez sanadas as irregularidades, de conformidade com o que preceitua a Lei. AI 6696 - LC 8531. Advogado: José Valmir de Souza - OAB/MS nº 8.262. **42) Inquérito Civil nº 06.2023.00000398-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio Barbosa dos Santos - Assunto: Apurar desmatamento de 37 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda São Rafael, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 02/3ªCIA/BPMA/COXIM-MS/2023. **43) Inquérito Civil nº 06.2023.00000477-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Texas Bar - Assunto: Apurar suposta perturbação da tranquilidade do estabelecimento comercial denominado Texas Bar. **44) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000489-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - Requerido: Helder Hofig - Fazenda Córrego Azul - Assunto: Apurar auto de infração IMASUL - de Helder Hofig - Fazenda Córrego Azul. **45) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000611-4** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande – SIGILOSO. **46) Inquérito Civil nº 06.2023.00000671-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: José Inácio Ritt, João Paulo Ritt - Assunto: Apurar desmatamento de 3,89 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Santa Cláudia, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 001/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023 e Parecer nº 83/23/Nugeo. **47) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000691-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Hospital Edelmira Nunes de Oliveira - Assunto: Apurar eventual desvio de verbas pecuniárias destinados ao Hospital Edelmira Nunes de Oliveira de Guia Lopes da Laguna/MS. **48) Inquérito Civil nº 06.2023.00001034-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Batayporã - Requerido: Nelson Vieira dos Santos - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada Sítio Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS. **49) Inquérito Civil nº 06.2023.00001035-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Batayporã/MS - Requerido: Wilmar Chudis Reginato - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada Sítio Vista Alegre, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS. **50) Inquérito Civil nº 06.2023.00001036-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Antonino João Militão - Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no funcionamento de serraria em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, no imóvel denominado Sítio Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS. **51) Inquérito Civil nº 06.2023.00001062-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Terra Solo Locações de Máquinas Pesadas LTDA - Assunto: Apurar a conduta da empresa Terra Solo Locações e Máquinas Pesadas LTDA na execução do desmatamento ilegal de 3,89 hectares de vegetação nativa, na propriedade rural de José Ritt e João Paulo Ritt, localizada em Amambai-MS. **52) Inquérito Civil nº**



06.2023.00001092-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Devanir Kuhnen - EBES Sistemas de Energia S.A - Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental, em razão da retirada de curvas de nível para a instalação de usina fotovoltaica, acarretando processo erosivo na referida propriedade rural, imóvel este identificado como Lote 224, Linha Bom Jesus, Zona Rural, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS. **53) Inquérito Civil nº 06.2023.00001172-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Josias Maffissoni Guimarães - Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 11 hectares de vegetação nativa remanescente no interior do imóvel rural Fazenda Boqueirão, pertencente a Josias Maffissoni Guimarães (CPF n.º 006.176.981-98), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Campo Grande, 8 de janeiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0031/2023/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001385-9

REQUERENTE: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul/ 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

REQUERIDO: Município de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: Apurar as medidas adotadas pelo Município de Campo Grande para reduzir a demanda reprimida por consultas em Urologia Pediátrica.

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA
32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0032/2023/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001393-7

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS.

ASSUNTO: Apurar a regularidade da prestação do serviço da Comunidade Terapêutica Associação Casa do Renovo.

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA
32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N. 0033/2023/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001388-1

REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

REQUERIDO: Município de Campo Grande-MS.

ASSUNTO: Apurar as medidas adotadas pelo Município de Campo Grande para reduzir a demanda reprimida por consultas em Ginecologia Cirúrgica.

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0034/2023/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00001392-6

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDA: Secretaria Municipal de Saúde- SESAU

ASSUNTO: Apurar a regularidade da prestação do serviço do Centro de Reabilitação e Tratamento para dependentes químicos, alcoolistas e familiares (CERTA).

Campo Grande, MS, 18 de dezembro de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47.^a Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0008239-14.2022.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.B.O² e vítima(s) T.C.S, conforme se transcreve: “Posto isso, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, requer seja declarada extinta a punibilidade do investigado, em virtude da prescrição”.

Campo Grande-MS, 8 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BELA VISTA

EDITAL Nº 0066/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro – CEP: 79.260-000, Bela Vista/MS, telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001367-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aristeu Alceu Carbonaro, Álvaro José Carbonaro, Waldir da Silva Faleiros

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 122,58 hectares em área declarada como consolidada e de Preservação Permanente, na Fazenda Santa Maria, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 242/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”.

Bela Vista, 19 de dezembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

EDITAL Nº 0067/2023/PJ/BVT

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro - CEP: 79260-000, Bela Vistas/MS

Inquérito Civil nº 06.2023.00001329-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Ana Flávia Bianchi Cardinal Lima, Edna Maria Bianchi Cardial

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 20,57 hectares de vegetação nativa, em áreas declarada como Remanescente de Vegetação Nativa, Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Fazendinha, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 440/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”

Bela Vista/MS, 24 de novembro de 2023.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça em substituição legal

BONITO

EDITAL Nº 0096/2023/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001294-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Erlon Azambuja Peral

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da abertura de 6 metros de largura e 380 metros de comprimento, ocasionando na supressão de 0,0898 centiares de vegetação nativa em área de Reserva Legal; bem como da construção de uma passarela medindo 1.5 metros de largura por 600 metros de comprimento, supressão de vegetação e construção de 02 (dois) deck's, sendo um deles com medidas superior ao permitido (15m²), totalizando a supressão de 0,0672 centiares em Área de Preservação Permanente, na Estância Vale da Lua, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 033/4ª CIA/BPMA/2023 e Auto de Infração nº 013998/2023. ”

Bonito/MS, 17 de novembro de 2023.

ALEXANDRE ESTUQUI JÚNIOR

Promotor de Justiça



IVINHEMA

EDITAL N° 026/2023/02PJ/IVH

Inquérito Civil n° 06.2023.0001034-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Nelson Vieira Dos Santos

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Nelson Vieira Dos Santos, em 18/12/2023, tendo por objeto as obrigações que o compromissário assume consistentes em não receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento; não vender, expor à venda, ter em depósito, transportar ou guarda madeira, lenha carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, n° 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 2020-9351

Ivinhema/MS, 19 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL N.: 027/2023/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013134-3, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 2020-9351, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00013134-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelson Vieira dos Santos

Objeto: Acompanhar o Termo de ajustamento de conduta firmado nos autos de Inquérito Civil n.º 06.2023.00001034-0

Ivinhema/MS, 19 de dezembro de 2023.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL N° 0001/2024/02PJ/JIM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim – CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil n° 06.2023.00000515-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Vereadores de Jardim.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na apresentação de justificativas de faltas nas Sessões legislativas dos Vereadores da Câmara Municipal de Jardim, bem como atos de improbidade administrativa decorrentes.

Jardim, data da assinatura digital.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0002/2024/02PJ/JIM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001420-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Conselho Tutelar de Jardim-MS.

Assunto: Apurar irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho por parte dos membros do Conselho Tutelar de Jardim-MS.

Jardim, data da assinatura digital.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0040/2023/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e pode ser integralmente acessado no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Rua 13 de Maio, 444, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2023.00001410-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conselho Tutelar de Porto Murtinho

Assunto: Apurar irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho por parte dos membros do Conselho Tutelar de Porto Murtinho-MS.

Porto Murtinho, 19/12/2023.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal